





Descrição	31/12/2024	Constituição (Reversão)	31/12/2025			
Saldo inicial da PECLD	-	(95)	(95)			
Constituição de PECLD no exercício	-	-	-			
Reversões / Baixas	-	-	-			
<b>Saldo final da PECLD</b>	-	<b>(95)</b>	<b>(95)</b>			
<b>6 Ativo contratual</b>						
Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:						
	<b>31/12/2025</b>		<b>31/12/2024</b>			
Circulante	10.801		9.474			
Não circulante	108.304		98.010			
	<b>119.105</b>		<b>107.484</b>			
<b>Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação nos períodos:</b>						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>			<b>107.111</b>			
Atualização monetária	9.310		9.310			
Amortização do ativo contratual	(9.176)		(9.176)			
Ganhos/Perdas em função da RTA (i)	239		239			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>			<b>107.484</b>			
Atualização monetária	9.870		9.870			
Amortização do ativo contratual	(9.649)		(9.649)			
Ganhos/perdas do ativo contratual	3.835		3.835			
Receita de construção (ii)	7.565		7.565			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>			<b>119.105</b>			
(i) Quando são homologados os novos valores de receita (REH nº3.481/2025), a Companhia aplica sobre as parcelas remanescentes a diferença entre a inflação inicial e a nova projeção, para o qual foi aprovado para o ciclo 2024/25, o efeito inflacionário de 5,32% (Nota 1.2). Os montantes são reconhecidos e mensurados através de fluxos financeiros de longo prazo projetados dentro das melhores estimativas e trazidos a valor presente						
(ii) Trata-se do projeto de reforço do sistema de transmissão em 138 kV, vinculado ao 3º aditivo do CCT nº 033/2015, de acordo com a Portaria SNTPE/MME nº 2.860 de 4 de novembro de 2024, o investimento foi estimado em R\$ 8.565, sendo R\$ 7.786 líquidos após os efeitos do benefício do REIDI, a serem realizados até 31/12/2025. O custo efetivamente realizado pela Companhia foi de R\$ 6.486, já considerando o REIDI. A energização da obra ocorreu em novembro de 2025. Os ganhos auferidos com a eficiência na implantação do reforço foram reconhecidos no resultado do exercício.						
<b>7 Outros ativos</b>						
	<b>31/12/2025</b>		<b>31/12/2024</b>			
Adiantamentos a fornecedores (i)	-		838			
Serviço Próprio - P&D	-		234			
Seguro de Riscos Operacionais	86		86			
	<b>86</b>		<b>1.158</b>			
(i) Compensação dos adiantamentos para construção do Reforço da Subestação Campo Grande II, que nos foi outorgado pelo terceiro aditivo ao Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT nº 033/2015.						
<b>8 Transações com partes relacionadas</b>						
A Administração identificou como partes relacionadas suas Acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) – Divulgações de Partes Relacionadas. A principal transação com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:						
<b>a. Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção</b>						
Com o quarto aditivo contratual, assinado em 14 de fevereiro de 2023, o contrato com o acionista Cel Engenharia Ltda. teve seu prazo estendido em 60 (sessenta) meses, iniciando em 1º de fevereiro de 2023 e com término previsto para 1º de fevereiro de 2028. A contratante pagará inicialmente à contratada a importância mensal de R\$ 119, ajustada pelo IPCA a cada 12 meses. No período findo em 31 de dezembro de 2025, o serviço de operação e manutenção (O&M) totalizou R\$ 1.582 (R\$ 1.533 em 31 de dezembro de 2024).						
<b>b. Remuneração dos administradores</b>						
A remuneração dos administradores foi aprovada em AGOE no dia 30 de abril de 2025. No período findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração dos administradores e respectivos encargos, totalizou R\$ 253 (R\$ 241 em 31 de dezembro de 2024) e foi registrada como despesa administrativa.						
<b>9 Provisão para Contingências</b>						
Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não foi constituída provisão devido à inexistência de discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, com suporte de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda ou de perda possível que requeresse divulgação.						
<b>10 Patrimônio líquido</b>						
<b>c. Capital social</b>						
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social autorizado, subscrito e integralizado é de R\$ 79.976, que é representado por 79.976.478 ações ordinárias sem valor nominal.						
<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>% do capital</b>	<b>Valor - R\$</b>			
Companhia Celg De Participações - Celgpar	39.188.474	49	39.188			
Cel Engenharia Ltda.	24.472.802	31	24.473			
CPLA Energia Ltda.	16.315.202	20	16.315			
<b>Total</b>	<b>79.976.478</b>	<b>100</b>	<b>79.976</b>			
<b>d. Reserva de lucros</b>						
A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia, o saldo em 31 de dezembro de 2025 R\$ 3.374 e 2024 é de R\$ 2.689.						
A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76. O saldo da rubrica em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 26.939 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 18.586.						
<b>e. Dividendos</b>						
Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.						
	<b>31/12/2024</b>		<b>31/12/2025</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>13.702</b>		<b>13.017</b>			
Reserva legal (5%)	(685)		(685)			
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>13.017</b>		<b>12.332</b>			
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.254		3.254			
<b>Saldo de dividendos a distribuir</b>	<b>3.254</b>		<b>3.254</b>			
<b>Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.091</b>		<b>2.091</b>			
Deliberação de dividendos	1.410		1.410			
Pagamento de dividendos	(3.501)		(3.501)			
Dividendos mínimos obrigatórios	3.254		3.254			
<b>Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>3.254</b>		<b>3.254</b>			
<b>11 Receita operacional líquida</b>						
	<b>31/12/2025</b>		<b>31/12/2024</b>			
Receita de remuneração do ativo financeiro	13.705		9.549			
Receita de operação	4.016		2.936			
Receita de construção	7.565		-			
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>25.286</b>		<b>12.485</b>			
(-) PIS e COFINS corrente e diferido	(923)		(456)			
(-) Encargos regulatórios (i)	(178)		(161)			
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>24.185</b>		<b>11.868</b>			
(i) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, TSFEE e Conta de Desenvolvimento Energético.						
<b>12 Custos de operação e construção</b>						
Representa, essencialmente, os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão, bem como os gastos com serviços auxiliares de engenharia.						
	<b>31/12/2025</b>		<b>31/12/2024</b>			
Serviços de Terceiros (i)	(2.423)		(2.417)			
Material de manutenção	(12)		(19)			
Seguros	(147)		(133)			
Outros	(3)		(8)			
Provisão para devedores duvidosos	(95)		-			
Aluguel	(49)		-			
Recuperação de despesas (ii)	503		873			
<b>Total Custo de Operação</b>	<b>(2.226)</b>		<b>(1.704)</b>			
i) Contemplam serviços de O&M, Engenharia, Meio Ambiente, Vigilância, Consultoria e Assessoria, entre outros.						
ii) Os valores registrados referem-se à recuperação de custos decorrente do contrato de compartilhamento de instalações celebrado com as acessantes Brilhante e Neoenergia. Houve recebimento de reembolso de gastos com análise de projetos e acompanhamento de comissionamento de acordo com o cronograma de implantação das instalações da acessante.						
Já os custos de construção referem-se ao projeto de ampliação da infraestrutura com a implantação de novo módulo de entrada de linha de transmissão EL 138 kV, com arranjo em barra dupla a quatro chaves (BD4), localizado no município de Campo Grande/MS.						
	<b>31/12/2025</b>		<b>31/12/2024</b>			
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(5.065)		-			
Máquinas e Equipamentos	(1.027)		-			
Material	(54)		-			
Serviços de Terceiros	(208)		-			
Outros	(132)		-			
<b>Total Custo de Construção</b>	<b>(6.486)</b>		<b>-</b>			
<b>13 Resultado financeiro líquido</b>						
	<b>31/12/2025</b>		<b>31/12/2024</b>			
<b>Receitas financeiras</b>						
Rendimentos sobre aplicações financeiras	45		29			
	<b>45</b>		<b>29</b>			
<b>Despesas financeiras</b>						
Atualizações monetárias	(19)		(35)			
(-) Reversão atualização monetária	59		-			
Outras despesas financeiras	(7)		(7)			
	<b>33</b>		<b>(42)</b>			
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>12</b>		<b>(13)</b>			
<b>14 Impostos e contribuições</b>						
<b>a. Tributos diferidos</b>						
Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, e as variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:						
	<b>31/12/2025</b>					
<b>Natureza dos créditos</b>	<b>Base de cálculo</b>	<b>Impostos diferidos</b>	<b>Baixas diferidos</b>	<b>Efeito Resultado</b>	<b>Total Passivo</b>	<b>31/12/2024</b>
PIS diferido (*)	119.105	138	(62)	76	774	698
COFINS diferido (*)	119.105	638	(290)	348	3.573	3.225
IRPJ diferido	119.105	425	(193)	232	2.382	2.150
CSLL diferido	119.105	230	(104)	126	1.287	1.161
<b>Total</b>		<b>1.431</b>	<b>(649)</b>	<b>782</b>	<b>8.016</b>	<b>7.234</b>
	<b>31/12/2024</b>					
<b>Natureza dos créditos</b>	<b>Base de cálculo</b>	<b>Impostos diferidos</b>	<b>Baixas diferidos</b>	<b>Total Resultado</b>	<b>Total Passivo</b>	<b>31/12/2023</b>
PIS diferido (*)	107.484	62	(60)	2	698	696
COFINS diferido						
(*)	107.484	287	(275)	12	3.225	3.213
IRPJ diferido	107.484	191	(183)	8	2.150	2.142
CSLL diferido	107.484	103	(99)	4	1.161	1.157
<b>Total</b>		<b>643</b>	<b>(617)</b>	<b>26</b>	<b>7.234</b>	<b>7.208</b>
(*) Em decorrência das alterações promovidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e na Lei Complementar nº 214/2025, que determinam que, a partir de 1º de janeiro de 2027, o PIS e a COFINS serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Companhia classifica o saldo diferido de longo prazo como tributos indiretos diferidos, mantendo o tratamento contábil atualmente adotado até que a legislação defina a alíquota efetiva da CBS (ainda não determinada). Após essa definição, a Companhia refletirá os devidos ajustes, ressaltando que tal alteração poderá impactar o gross up da receita regulatória e, consequentemente, o fluxo de recebimento do ativo de contrato.						
<b>b. PIS e COFINS - Deduções da receita</b>						
	<b>31/12/2025</b>		<b>31/12/2024</b>			
Receita Anual Permitida (RAP) <sup>1</sup>	13.666		12.112			
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%		3,65%			
Valores de PIS e COFINS	(499)		(442)			
<b>Imposto corrente no resultado</b>	<b>(499)</b>		<b>(442)</b>			
Receita de remuneração e perdas por efeitos da RTA/RTPE	21.270		9.549			
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%		3,65%			
Imposto diferido no resultado	(776)		(349)			
Baixa de PIS e COFINS diferidos	352		335			
<b>PIS e COFINS diferido</b>	<b>(424)</b>		<b>(14)</b>			
<b>PIS e COFINS dedução da receita</b>	<b>(923)</b>		<b>(456)</b>			
<sup>1</sup> O valor global da Receita Anual Permitida (RAP) é composta por Receita de Transmissão de Rede Básica, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Receitas com Contrato de Compartilhamento de instalações.						
<b>c. Imposto de renda e contribuição social</b>						
	<b>31/12/2025</b>		<b>31/12/2024</b>			
Receita Anual Permitida (RAP)	13.666	13.666	12.112			
Percentual de presunção	8%	12%	8%			
(=) Lucro presumido	1.093	1.640	969			
Receitas financeiras	45	45	29			
			998			
Base de cálculo	1.138	1.685				
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%			
Valores do IRPJ e da CSLL	(171)	(151)	(150)			
Adicional de 10% - IRPJ	(90)	-	(76)			
<b>Imposto corrente no resultado</b>	<b>(261)</b>	<b>(151)</b>	<b>(226)</b>			
Receita de remuneração e ganhos por efeitos da RTA/RTPE	21.270	21.270	9.549			
Percentual de presunção	8%	12%	8%			
Base presumida	1.702	2.552	763			
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%			
IRPJ/CSLL diferidos	(426)	(230)	(191)			
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	193	104	183			
<b>Imposto diferido no resultado</b>	<b>(232)</b>	<b>(126)</b>	<b>(8)</b>			
<b>Total IRPJ/CSLL no resultado</b>	<b>(493)</b>	<b>(277)</b>	<b>(234)</b>			
<b>15 Instrumentos financeiros</b>						
A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras.						
<b>Níveis de hierarquia dos instrumentos financeiros</b>						
A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:						
Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;						
Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e						
Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.						
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.						
<b>a. Classificação dos instrumentos financeiros</b>						
	<b>Valor Justo</b>		<b>Valor Contábil</b>			
	<b>Níveis</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Concessionárias e permissionárias		1.344	1.446	1.344	1.446	
		<b>1.344</b>	<b>1.446</b>	<b>1.344</b>	<b>1.446</b>	
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1	1.516	1.282	1.516	1.282	
		<b>1.516</b>	<b>1.282</b>	<b>1.516</b>	<b>1.282</b>	
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores		213	167	213	167	
		<b>213</b>	<b>167</b>	<b>213</b>	<b>167</b>	
<b>b. Gerenciamento dos riscos financeiros</b>						
Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:						
<b>(i) Risco de crédito</b>						
Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.						
Em relação ao contas a receber (concessionária e permissionária), a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e historicamente a Companhia não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).						
<b>(ii) Risco de liquidez</b>						
Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a aquisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.						
<b>(iii) Risco de mercado</b>						
Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.						
<b>Riscos relacionados às aplicações financeiras:</b> a Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.						
<b>Riscos relacionados à taxa de juros:</b> na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (CDI).						
<b>(iv) Riscos regulatórios</b>						
As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.						
A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.						
<b>(v) Riscos ambientais</b>						
As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas.						
Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.						
<b>(vi) Risco Técnico</b>						
A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original.						
Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).						
Para tanto, a Companhia dispõe de seguros contratados, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 16).						
<b>(vii) Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura</b>						
A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.						
Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.						
<b>c. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros</b>						
As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI.						
Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2025, averiguando-se o impacto nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no site do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e/ou redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.						
Premissas para a análise de sensibilidade:						
<b>Variável de risco</b>	<b>Risco</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Queda de 25%</b>	<b>Queda de 50%</b>	
CDI (%)	Redução do CDI		14,32	10,74	7,16	
Aplicações financeiras		1.344	1.344	1.296	1.248	
Remuneração estimada			192	144	96	
Efeitos no resultado			(48)	(96)		
Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de exercícios anteriores.						
<b>16 Seguros</b>						
A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.						
As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.						
Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:						
	<b>Valor Segurado</b>	<b>Vigência</b>				
Risco Operacional e Responsabilidade Civil	R\$ 31.599	02/08/2025 a 02/08/				

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Berkan**

CONSULTORIA & AUDITORIA  
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Pantanal Transmissão S.A.  
Goiania - GO

**Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras da Pantanal Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pantanal Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos****Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 20 de fevereiro de 2026.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti

Sócio

Contador CRC SC-023618/O-6

Graziela Schmitz

Gerente

Contadora CRC SC-044595/O

## ECONOMIA

# Prejuízo dos Correios chega a R\$ 8,5 bilhões em 2025

Gilberto Costa  
Agência Brasil

Os Correios registraram um prejuízo de R\$ 8,5 bilhões em 2025. O valor é mais de três vezes superior ao verificado em 2024, quando a estatal anunciou prejuízo de R\$ 2,6 bilhões.

De acordo com a empresa, o resultado é influenciado, majoritariamente, pelo provisionamento de obrigações judiciais e o aumento de custos operacionais.

A maior parte desse valor advém de processos judiciais, que custaram aos Correios R\$ 6,4 bilhões no ano passado (55,12% acima de 2024). O passivo na Justiça é formado especialmente por demandas trabalhistas, como os pagamentos reivindicados pelos empregados para receberem adicionais de periculosidade e adicionais pela atividade de distribuição e coleta externa.

No ano passado, a receita bruta dos Correios, não considerados os pagamentos que a empresa deveria fazer, foi de R\$ 17,3 bilhões (11,35% abaixo de 2024). O balanço da empresa será publicado no Diário Oficial da União.

Diante do acúmulo de prejuízos, a empresa buscou credores e recebeu um aporte que totalizou R\$ 12 bilhões em empréstimos de bancos públicos e privados.

**Ciclo vicioso**

Desde o último trimestre de 2022, os Correios

apresentam resultados parciais negativos. No total, a empresa acumula 14 trimestres de ônus.

“É um ciclo vicioso. A dificuldade de caixa gera dificuldade de pagamento ao fornecedor, isso afeta a operação. Ao afetar a operação, a gente macula a capacidade de aumentar o volume [de trabalho] ou de gerar novos contratos”, explicou o presidente dos Correios, Emmanoel Schmidt Rondon, em entrevista coletiva na sede da empresa em Brasília.

Segundo ele, a estatal também não consegue compensar imediatamente a baixa nas receitas com cortes de gastos.

“A estrutura de custo é muito rígida, e está ancorada em despesas de custos fixos. Quando há uma queda de receita, não se consegue diminuir a despesa no mesmo momento para poder fazer esse equacionamento”, explicou.

**Desmaterialização da carta**

O balanço negativo ocorre em anos de mudança estrutural no campo de atividade dos Correios, quando as empresas de comércio eletrônico expandem sua atividade logística - não mais dependendo dos Correios.

O fenômeno concorrencial ocorre após a estatal perder nicho do mercado de postagem com as mudanças das formas de comunicação, o que Rondon



VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

chama de “desmaterialização” da carta.

Economista por formação, o presidente assumiu o cargo em setembro do ano passado, com mandato até agosto de 2027, com objetivo de reestruturar a estatal.

Entre medidas saneadoras, a empresa abriu dois planos de demissão voluntária (PDV). Na edição deste ano, 3.181 aderiram ao desligamento. O volume de adesões foi menor que o obtido no PDV 2024/2025, 3.756 empregados, mas o ingresso no plano só foi possível em prazo menor - entre fevereiro e abril deste ano.

A perspectiva inicial da estatal era fazer 10 mil des-

ligamentos. Outros processos de demissão voluntária poderão ser abertos no futuro.

**Privatização fora de pauta**

Os Correios adotaram medidas para diminuir custos com as operações de recebimento, distribuição e entrega; renegociaram dívidas com fornecedores e estenderam prazos de pagamento. Também começaram a reduzir gastos com a ocupação de imóveis e com a manutenção de agências.

Emmanoel Rondon acredita que a empresa apresente resultados econômicos positivos a partir

de 2027 e que, conforme a reestruturação, possa captar mais recursos entre financiadores.

Ele não considera a possibilidade de privatização, como defendem correntes de economistas pró-mercado.

“Esse assunto não está na pauta aqui. Estamos apresentando os resultados. Privatização ou não é uma decisão do controlador [o governo federal]. O que que a gente quer? Aqui estamos trabalhando em um plano de gestão de recuperação, para que a empresa permaneça íntegra, viável, que preste um bom serviço, dê resultado positivo”, afirmou.

## PANTANAL DIGITAL pdf

Código do documento 6a2d4116-f10b-4508-90a1-d29f1c33256e



## Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos  
diariodamanha@dm.com.br  
Assinou

Júlio Nasser Custódio dos Santos

## Eventos do documento

### 24 Apr 2026, 09:00:41

Documento 6a2d4116-f10b-4508-90a1-d29f1c33256e **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE\_ATOM: 2026-04-24T09:00:41-03:00

### 24 Apr 2026, 09:01:02

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE\_ATOM: 2026-04-24T09:01:02-03:00

### 24 Apr 2026, 09:01:32

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 177.223.32.202 (177-223-32-202.linqtelecom.com.br porta: 20208) - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE\_ATOM: 2026-04-24T09:01:32-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):5631ad5fca8a128da56206fa070d846742ff8fbd03262f30e1500aadbe3164fe  
(SHA512):369f80d76aef694d74880839a17c3389c37535fa728e25a7252d8e0d11c774dee0e3038efe06596cd4e87805ea3da71c617065f02cd6ac042ac8f054901950f6

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.